

SUBDESENVOLVIDA, DEPENDENTE, MARGINAL E DUALISTA: APONTAMENTOS SOBRE AS REFERÊNCIAS TEÓRICAS DO CEBRAP PARA O ESTUDO DA CIDADE BRASILEIRA (1969-1972)

(SESSÃO TEMÁTICA 9: CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA)

Max Heringer
FAUUSP | max.heringer@usp.br

Sessão Temática 9: cidade, história e cultura em disputa

Resumo: Na historiografia do pensamento urbano latino-americano, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) é destacado como um importante contribuinte para a formação do campo dos “estudos urbanos” no Brasil. O presente ensaio procura compreender as principais referências teóricas que subsidiaram os estudos urbanos cebrapianos e como estas desenharam o fenômeno urbano brasileiro como um objeto de estudo em particular. Estas referências teóricas são aqui debatidas com a historiografia existente sobre os estudos urbanos cebrapianos, especialmente os trabalhos de Gorelik (2022) e Arantes (2009), e aprofundadas a partir das relações estabelecidas pelo CEBRAP com outros centros e intelectuais latino-americanos. Argumenta-se, com isso, que os estudos urbanos cebrapianos promoveram uma interessante reformulação de teorias caras ao pensamento histórico-estrutural latino-americano da segunda metade do século XX, como *subdesenvolvimento*, *dependência* e *marginalidade*, para a compreensão da cidade brasileira.

Palavras-chave: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; estudos urbanos; histórico-estruturalismo; história intelectual; cidade no Brasil.

UNDERDEVELOPED, DEPENDENT, MARGINAL, AND DUALISTIC: NOTES ON CEBRAP'S THEORETICAL REFERENCES FOR THE STUDY OF THE BRAZILIAN CITY (1969-1972)

Abstract: *In the historiography of Latin American urban thought, the Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) is highlighted as an important contributor to the formation of the field of 'urban studies' in Brazil. This essay seeks to understand the main theoretical references that supported CEBRAP's urban studies and how these shaped the Brazilian urban phenomenon as a distinct object of study. These theoretical references are discussed in relation to the existing historiography on CEBRAP's urban studies, particularly the works of Gorelik (2022) and Arantes (2009), and further explored through CEBRAP's connections with other Latin American centers and intellectuals. It is argued that CEBRAP's urban studies promoted an interesting reformulation of theories central to Latin American historical-structural thought in the second half of the 20th century, such as underdevelopment, dependency, and marginality, for understanding the Brazilian city.*

Keywords: *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; urban studies; historical-structuralism; intellectual history; city in Brazil.*

SUBDESARROLLADA, DEPENDIENTE, MARGINAL Y DUALISTA: APUNTES SOBRE LAS REFERENCIAS TEÓRICAS DEL CEBRAP PARA EL ESTUDIO DE LA CIUDAD BRASILEÑA (1969-1972)

Resumen: *En la historiografía del pensamiento urbano latinoamericano, el Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) se destaca como un importante contribuyente a la formación del campo de los "estudios urbanos" en Brasil. El presente ensayo busca comprender las principales referencias teóricas que respaldaron los estudios urbanos del CEBRAP y cómo estas delinearon el fenómeno urbano brasileño como un objeto de estudio particular. Estas referencias teóricas se debaten aquí con la historiografía existente sobre los estudios urbanos del CEBRAP, especialmente los trabajos de Gorelik (2022) y Arantes (2009), y se profundizan a partir de las relaciones establecidas por el CEBRAP con otros centros e intelectuales latinoamericanos. Se argumenta que los estudios urbanos del CEBRAP promovieron una interesante reformulación de teorías importantes del pensamiento histórico-estructural latinoamericano de la segunda mitad del siglo XX, como subdesarrollo, dependencia y marginalidad, para la comprensión de la ciudad brasileña.*

Palabras clave: *Centro Brasileño de Análisis y Planificación; estudios urbanos; histórico-estructuralismo; historia intelectual; ciudad en Brasil.*

INTRODUÇÃO

A civilização ocidental não se espalhou como as águas de um rio que transborda.

Florestan Fernandes, 1967¹

O acelerado processo de urbanização dos países latino-americanos se tornou um dos principais temas de atenção das Ciências Sociais no continente após a 2ª Guerra Mundial. Uma prova disso está no surgimento de uma rede entre os diversos países da região de centros de pesquisa dedicados – inteira ou setorialmente – a *estudios urbanos*. Apenas para citar alguns destes centros que tiveram atuações de destaque e fizeram contribuições importantes para se pensar o processo de urbanização na América Latina, estiveram o *Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento* (CINVA, Colômbia, 1951), a *Sociedade Interamericana de Planificación* (SIAP, Argentina, 1956), o *Centro para el Desarrollo Económico y Social de América Latina* (DESAL, Santiago, 1960), o *Centro de Investigaciones Sociales del Instituto di Tella* (CIS, Argentina, 1963), o *Centro de Investigaciones de Desarrollo Urbano* (CIDU, Chile, 1965), *Centro de Estudios del Desarrollo* (CENDES, Venezuela, 1973), *Centro de Estudios Urbanos y Regionales* (CIUR, Argentina, 1975) e, talvez aquele que se tornou a maior referência para todos estes, a *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe* (CEPAL, Chile, 1948), vinculada a ONU, e o seu subsidiário *Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social* (ILPES, Chile, 1962).

A inserção do Brasil nesta rede institucional latino-americana pode ser articulada, por sua vez, pelo *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento* (CEBRAP). Fundado em São Paulo, em 1969, por um grupo de professores então afastados de suas atividades na Universidade de São Paulo (USP) e intelectuais opositores ao regime militar brasileiro (1964-1985), o CEBRAP é um centro de pesquisas cuja a contribuição para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil no século XX já foi recorrentemente apontada na historiografia (Mota, 2014; Pécault, 1990; Micelli, 1995; Sorj, 2001; Baptista, 2009; Beired, 2021). O afastamento da universidade pública e, conseqüentemente, da subordinação direta a órgãos de Estado, contribuiu para a caracterização do CEBRAP como um centro intelectual autônomo, financiado por iniciativas privadas², e com um enfoque de pesquisa sempre interdisciplinar, motivado seja pela seara variada de temas de trabalho sobre os quais se debruçaram³, seja por ser, propriamente, um coletivo de intelectuais de diferentes áreas disciplinares que se assumiram uma identidade de grupo. Nesta produção, o interesse pelo estudo da “transição urbana latino-americana”⁴ e seus impactos econômicos, sociais, políticos e culturais tiveram destaque tanto na produção do centro, quanto na produção individual de alguns de seus membros mais ativos, como Fernando Henrique Cardoso (1931), Paul Israel Singer (1932-2018), Lúcio Kowarick (1938-2020) e Francisco (“Chico”) de Oliveira (1933-2019). Para se ter uma ideia, conforme levantamento de Sorj (2011), somente entre 1969 e 1981, o CEBRAP realizou 60 projetos de

pesquisa sobre temas da urbanização na América Latina, o que representou metade de todas as pesquisas realizadas no centro durante o período (SORJ, 2011, p.44). O CEBRAP despontava, assim, como centro pioneiro de *estudos urbanos*⁵ no Brasil (Valladares e Freire-Medeiros, 2002; Fix e Arantes, 2021) e colaborava em incluir no debate latino-americano a experiência própria das cidades brasileiras.

A inserção desta produção do CEBRAP sobre as *cidades brasileiras* num debate mais ampliado sobre as *cidades latino-americanas* pode ser compreendida como parte de uma grande operação historiográfica do centro brasileiro. Seguindo a interpretação de Barbosa (2024), compreende-se que o CEBRAP se proporá a pensar o fenômeno da urbanização a partir de um “*estilo de interpretação histórico-estrutural*” latino-americano, ou seja, procurando identificar fatores históricos comuns da realidade social, política, econômica e cultural do continente como estruturantes da realidade presente. Este estilo de interpretação vislumbrou tanto compreender as estruturas históricas comuns dos países latino-americanos, como o passado colonial, quanto as diferenças que separam a realidade social do presente da realidade da “civilização ocidental”, representada pelas velhas metrópoles europeias e pela hegemonia capitalista norte-americana do pós-2ª Guerra.

Na área de estudos urbanos, cabe observar que durante todo o século XX, proliferaram-se nas Ciências Sociais diversas “escolas” que levaram nomes de cidades – Chicago, Frankfurt, Manchester, Los Angeles, Paris⁶ – por patentearam modelos de análise das transformações sociais, espaciais e culturais causadas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista industrial, seja para explicar a si mesmas, seja para montar quadros explicativos universais e abstratos sobre o urbano. Como o próprio nome destas escolas revela, no entanto, estes modelos foram elaborados a partir de experiências metropolitanas típicas do *centro* do Ocidente, cabendo aos estudos urbanos latino-americanos a tarefa de se questionar sobre o quanto estes modelos teóricos são eficazes para tratar as cidades do restante do planeta – ou seja, a *periferia* do Ocidente. É precisamente nesta direção que surge a contribuição destes centros latino-americanos, dentre os quais o CEBRAP, que se propuseram a pensar como “transbordam as águas” do Ocidente para os lados de cá, para usar a interessante figura de linguagem do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995).

Naturalmente, uma investigação sobre as bases teóricas histórico-estruturais latino-americanas que sustentaram os estudos urbanos do CEBRAP pode se revelar uma tarefa grande e exaustiva, tal como recentemente provou Gorelik (2022). O crítico argentino coloca esforços no mapeamento desta rede de centros latino-americanos e da consequente trama de circulação de intelectuais entre estes para então apontar para a construção de um “ciclo de pensamento social da cidade latino-americana” entre as décadas de 1950 e 1980. Para o presente ensaio, propomos contribuir com o estudo de Gorelik ao sugerir alguns apontamentos sobre a atuação do CEBRAP nesta rede latino-americana e compreender como, a partir disso, teorias histórico-estruturais foram sendo incorporadas nos estudos urbanos do centro brasileiro. Para tal, assume-se que os trabalhos produzidos pelos

cebrapianos anteriormente a fundação do próprio centro em 1969 já apresentam uma construção intelectual significativa sobre o tema e, assim, é dada uma atenção especial a produção individual de Cardoso, Singer, Kowarick e Oliveria por se tratarem de autores que não só trataram do urbano, mas que dialogaram bastante com interpretações histórico-estruturais e circularam pela América Latina. A partir da leitura dos estudos urbanos produzidos pelo CEBRAP nos seus primeiros anos de existência, procura-se apontar três teorias influentes nestas obras: a *teoria do subdesenvolvimento*, a *teoria da dependência* e a *teoria da marginalidade*. Como proporemos mostrar, estas teorias são fruto de um debate coletivo desenvolvido *na* América Latina e *para a* América Latina, de forma que não são, todavia, teorias estanques ou totalmente independentes umas das outras, mas se cruzam, se complementam e até parecem ser, por vezes, redundantes. Também não há qualquer pretensão de resumir aqui o arcabouço completo destas teorias, mas, reiteradamente, fazer alguns apontamentos sobre a relação destas com o pensamento dos cebrapianos sobre a cidade.

Ao fazermos estes apontamentos, caberá destacar, por fim, a ruptura gestada dentro do próprio CEBRAP com estas teorias histórico-estruturais, encabeçada, mais precisamente, por Chico de Oliveria a partir da publicação do artigo *A economia brasileira: crítica a razão dualista*, de 1972, em que condenou sumariamente a visão “dualista” introjetada nestas interpretações e seu perigoso distanciamento da realidade da luta de classes no continente. Tendo o ano de 1972 como este corte, propomos, assim, lançar um olhar sobre o panorama de referências teóricas que montaram os estudos urbanos cebrapianos durante seus primeiros anos de atividade.

OS ESTUDOS URBANOS DO CEBRAP NA HISTORIOGRAFIA: OS APONTAMENTOS INICIAIS DE ADRIÁN GORELIK E PEDRO ARANTES

Para adentrar no estudo destes referenciais teóricos, julga-se necessário, primeiramente, fazer um breve balanço de como a produção de estudos urbanos cebrapianos foram tratados pela historiografia. Apesar do CEBRAP e de seus intelectuais ocuparem um lugar de importância no desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil no século XX, são relativamente poucos os trabalhos que irão se interessar em historiografar mais detidamente esta vertente de pesquisa do centro. Lícia do Prado Valladares e Bianca Freire Medeiros (2002) fazem uma inserção muito breve da importância destes trabalhos para o contexto de desenvolvimento da sociologia urbana no Brasil, mas sem se aprofundar sobre os detalhes de sua contribuição teórica em si. Alguns anos mais tarde, seriam dois os trabalhos que se interessariam por este aprofundamento: *La ciudad latinoamericana: una figura de la imaginación social del Siglo XX*, de Adrián Gorelik (2022), e *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970*, de Pedro Arantes (2009). Nestes trabalhos, é interessante

observar como a tomada da perspectiva latino-americana para compreender a formação do CEBRAP é igualmente lançada como aposta pelos dois autores, ainda que com intensidades diferentes.

Por ter uma pretensão mais ampla desta inserção latino-americana, Gorelik, primeiramente, propõe estudar a atuação de diversos centros de estudos urbanos do continente durante a 2ª metade do século XX e a circulação internacional de especialistas entre eles para sustentar a hipótese de que esta interação foi responsável por construir uma “figura da imaginação social” chamada “cidade latino-americana”. Como explica o autor, o surgimento deste novo *objeto autônomo* das Ciências Sociais não se baseou na tentativa de formatação de uma tipologia simplificada de cidade frente uma realidade social tão múltipla e tão gigante, mas no esforço de se identificar as condições histórico-estruturantes comuns que determinavam o processo de urbanização tão acelerado do continente naquele período e o novo papel destes centros urbanos no desenvolvimento da região. Gorelik assim interpreta que esta nova figura de pensamento da cidade latino-americana é construída dentro de uma lógica cíclica, que parte de um otimismo desenvolvimentista para terminar na crítica do próprio processo de urbanização. As duas pontas deste ciclo, por sua vez, são formadas por modelos de atuação diferentes destes grupos e especialistas, cujo o compromisso inicial está muito alinhado aos interesses de Estado e a estratégias de planificação das cidades. Ao longo das décadas, porém, sob consequência das diversas crises econômicas, sociais e políticas que se espalharam o continente, esta visão planificadora vai perdendo espaço para trabalhos de natureza mais crítica, já propriamente inseridos no campo dos estudos urbanos, como sociologia urbana, economia urbana, política urbana, antropologia urbana, entre outras disciplinas. Além disso, o fim desse ciclo é marcado pelo desprestígio do interesse de estudo dos elementos histórico-estruturantes de formação destas cidades, que cedem espaço para trabalhos individualizados e focados nas especificidades de formação de cada cidade.

Num breve exame da trajetória dos trabalhos do CEBRAP sobre temas urbanos, este esquema cíclico proposto por Gorelik entre planejamento e crítica se mostra verdadeiro. Pesquisas no acervo do centro⁷ demonstram que o CEBRAP esteve, em seus primeiros anos, comprometido com a encomenda de diversos planos de desenvolvimento regionais e urbanos por todo o Brasil, como, por exemplo, o *Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado de São Paulo* (PMDI, 1971), o *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo* (PDDI, 1972), o *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza* (PLANDIRF, 1971), o *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Salvador* (PDIRMS, 1970), *Projeto de Estudos da Bacia dos rios Itapecuru e Mearim (MA)* (1974), entre outros, inclusive, de municípios de pequeno e médio porte, como foram localizados para Itapetininga/SP e para o Vale do Paraíba/SP. Dentro da organização institucional do centro, esta produção esteve localizada em um programa de estudos denominado “estudos rurais e urbanos”⁸. Ao longo dos anos, este programa serviria não somente a produção destas encomendas de planos, mas se estrutura como o espaço de debate e produção crítica sobre cidades, a partir do qual originaram-se diversos artigos publicados nas revistas do centro⁹ ou

em coletâneas independentes, como, por exemplo, o estudo sobre a região metropolitana de Salvador, *Bahia de todos os pobres* (1980 [1972]), a série sobre a região metropolitana de São Paulo *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (1976), *São Paulo: o povo em movimento* (1980) e *São Paulo: trabalhar e viver* (1989), ou compêndios de textos temáticos sobre o urbano, como a *Economia política da urbanização*, de Singer (1973) ou a já referida *A economia brasileira: crítica a razão dualista*, de Oliveira (1981 [1972]).

Gorelik infelizmente se aprofunda pouco sobre a participação do CEBRAP neste cenário latino-americano, apesar de que não deixa escapar o ponto principal da inserção brasileira no ciclo observado: a circulação de seus membros entre os diversos outros centros internacionais¹⁰. Neste aspecto, Gorelik (2022) analisa como o principal vínculo do CEBRAP na América Latina aquele que chamou de “caminho de Santiago”, em alusão a representatividade da capital chilena como centro de “peregrinação” para diversos intelectuais por estarem lá sediados centros importantes como a CEPAL, o ILPES, o CIDU, o DESAL, entre outros. Nesta conexão chilena, Gorelik destaca a atuação de Fernando Henrique Cardoso na CEPAL (entre 1964 e 1967) e para o debate estabelecido entre Paul Singer e o sociólogo cepalino Aníbal Quijano (1928-2018)¹¹. Apesar da contribuição fundamental de Cardoso para os rumos do debate estruturalista cepalino sobre as teorias de subdesenvolvimento e de dependência (Cardoso e Faletto, 1970; Cardoso, 1980), o autor, todavia, não desenvolve muito sobre este tema, concentrando-se mais na crítica de Singer às teorias de marginalização colocadas em *Economia política da urbanização* (1973). Como veremos adiante, a teoria da marginalidade urbana se tornou referência por colocar como objeto de análise a pobreza urbana – fenômeno em formação tão evidente e assustador nas cidades latino-americanas daquele período – e discutir o seu papel de integração nas sociedades urbanas do capitalismo dependente, mas foi duramente criticada por Singer e Kowarick por seu caráter funcionalista.

Arantes, em seu turno, faz no artigo de 2009 esforço semelhante em investigar as conexões latino-americanas do CEBRAP, porém, ignora os vínculos com a CEPAL. Para o autor, a influência intelectual fundamental para o centro brasileiro foi o sociólogo franco-catalão Manuel Castells (1942), que esteve atuante na América Latina entre os anos de 1966 e 1973 como professor e coordenador de pesquisas no CIDU chileno, de onde estabeleceu contatos com Cardoso e Singer. Para o autor, Castells teria assim promovido uma promissora conexão entre as teorias latino-americanas de dependência e a nova metodologia da escola francesa de sociologia urbana marxista de Henri Lefebvre (1901-1991). Esta influência francesa teria, por sua vez, implicado na substituição do estruturalismo cepalino no CEBRAP por um outro tipo, o estruturalismo althusseriano, típico do marxismo da época.

Estes dois apontamentos, de Gorelik (2022) e Arantes (2009), sobre as influências teóricas dos estudos urbanos do CEBRAP se baseiam em argumentos verdadeiros e conexões possíveis, contudo não se pode deixar de notar que estas interpretações parecem muito mais preocupadas em definir limites seguros – senão reduzidos – sobre as origens do pensamento

cebrapiano do que explorá-las mais a fundo. De um lado, Gorelik se limita a circunscrever o CEBRAP somente dentro do debate sobre marginalidade, sem reconhecer que, em paralelo a este, há um debate de maior envergadura dentro da CEPAL em que o CEBRAP, especialmente Cardoso, foi extremamente atuante em relação as teorias de subdesenvolvimento e dependência. Não deixa de ser menos notável também que na vasta pesquisa sobre os interpretes do pensamento social urbano elaborada por Gorelik apareçam pouquíssimas referências ao economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004), que foi um dos principais nomes da CEPAL em sua primeira década e que, justamente, pautou reformulações fundamentais sobre os conceitos de subdesenvolvimento e dependência, os quais se tornariam referência internacional para o debate sobre o capitalismo na América Latina. Em *La ciudad latino-americana*, o nome de Furtado aparece certamente sub-representado, mencionado somente em relação a sua atuação na área de planejamento regional por meio da *Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE), órgão estatal por ele concebido e fundado em 1959.

De outro lado, Arantes igualmente restringe a leitura das referências teóricas do CEBRAP por justamente limitá-la como tributária de uma matriz de pensamento estruturalista-marxista, que, ao final, pecaria por um maior comprometimento formalista-teórico do que em realmente compreender o objeto que está a sua frente, ou seja, a cidade. Ainda que o autor reconheça o pioneirismo da obra do CEBRAP sobre os estudos urbanos no Brasil, taxa a interpretação cebrapiana como “eminentemente não-urbana”, pois, segundo defende, esta não permitirá explicar como o espaço urbano é materialmente produzido. Além disso, ainda que Arantes reconheça não se preocupar em fazer uma genealogia ou filiação sistemática de ideias neste seu trabalho de 2009, é bastante evidente a sua arguição em colocar Castells como principal influência dos estudos urbanos do CEBRAP.

Esta influência, num esforço de contraprova, parece ser dificilmente verificada na leitura dos trabalhos do centro, pois ainda que apareçam termos e categorias analíticas similares entre ambos – frutos, aí, de uma matriz de formação teórica marxista que os cebrapianos tem desde os “Seminários de Marx¹²” –, inexistem, por exemplo, referências bibliográficas ao autor franco-catalão. No que certamente pode ser lido como um grande resumo do projeto de pesquisa coordenado por Castells no CIDU, a coletânea de textos *Imperialismo y urbanización en América Latina*, publicada 1973 (ano de seu regresso a França), traz três artigos do CEBRAP. No capítulo de introdução escrito por Castells, *La urbanización dependiente en América Latina*, a lógica de influências proposta por Arantes aparece completamente invertida: Castells se apoia explicitamente nos trabalhos de Cardoso sobre dependência e de Furtado sobre subdesenvolvimento para conceituar o fenômeno que chama de “urbanização dependente”. Em suma, Castells e o CEBRAP estavam escrevendo na mesma época sobre um mesmo fenômeno e sob uma mesma perspectiva marxista, o que faz com que a – inquietante – questão “quem influenciou quem” não tenha, talvez, uma resposta tão óbvia.

A TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO E O URBANO: A CONTRIBUIÇÃO DA CEPAL E DE CELSO FURTADO

Fernando Henrique Cardoso (1980), no empenho de passar em revista o “lugar das ideias” que foram referência para seus trabalhos e do CEBRAP, reflete sobre a real serventia de se fazer uma história detalhada de certas teorias, ainda mais quando elas dificilmente guardam uma definição única por haverem sido tão amplamente difundidas e reapropriadas:

Importa pouco, no estilo de “história-intelectual” que estou esboçando, saber quem formulou tal ou qual categoria ou tipo de análise. Em geral são muitos os intérpretes. O que importa é mostrar que, na medida em que uma perspectiva teórica vai se concretizando, ela vai englobando e especificando mais relações (“variáveis”) e, simultaneamente, vai se incorporando à prática social e política, tornando-se “verdade concreta” (CARDOSO, 1980, pp. 63-64).

Esta orientação de Cardoso é preciosa por apontar um sentido inverso numa historiografia tradicional de ideias: ao invés de se remontar a uma genealogia das origens da teoria, convém, ao contrário, partir da realidade presente na qual as ideias são praticadas por seus interpretes – ou seja, da “verdade concreta” – para traçar as suas trajetórias. É partindo desta prática das ideias que se torna possível puxar um fio condutor sobre a interação do CEBRAP com teorias histórico-estruturais latino-americanas e a *teoria do subdesenvolvimento* é a primeira destas que tem relevância nos estudos urbanos do CEBRAP.

Nos memoriais que acompanham os planos de desenvolvimento metropolitanos elaborados pelo CEBRAP no início da década de 1970, o termo “subdesenvolvido” é empregado com certa frequência para se referir às áreas rurais do país, em contraste com os centros urbanos normalmente descritos, por oposição, como “desenvolvidos” ou “modernos” (Cardoso *et alli*, 1971). Nesta diferenciação qualitativa entre urbano e rural, o subdesenvolvimento é um fenômeno que assim é percebido como uma persistência de modelos sociais, econômicos e culturais “tradicionais” ou “rurais” a despeito da industrialização e da urbanização. Esta área subdesenvolvida, assim baseada em uma economia agroexportadora e/ou não-capitalista (como economia de subsistência, por exemplo), tem uma relação profundamente assimétrica com os centros urbanos desenvolvidos, que é comprovada, por exemplo, pelos intensos fluxos de migrações internas observáveis em todo o continente, tal como Singer (1973) constatou ser uma das principais características do processo de industrialização latino-americano.

No estudo posterior sobre as condições de vida na cidade de São Paulo (Camargo *et alli*, 1976) durante o período do “milagre econômico” (1968-1973), coube aos cebrapianos observar também que os núcleos de desenvolvimento no subdesenvolvimento serão sempre poucos, serão únicos, o que forçou o surgimento de gigantescos centros urbano-industriais isolados

nos países, como foi o caso da metrópole de São Paulo ou da maioria das capitais dos outros países latino-americanos. Em termos gerais, a principal característica da urbanização no subdesenvolvimento não é a mera urbanização em si, mas a *metropolização* da sociedade. Esta metropolização, reforçam os autores, será sempre um processo autoritário, socialmente desigual e muito eficaz para o processo de acumulação capitalista, como bem tentaram assegurar as ditaduras militares nos diferentes países da região a partir da década de 1960.

Esta interação entre subdesenvolvimento e desenvolvimento é tratada, portanto, como uma simbiose nestes trabalhos do CEBRAP, demonstrando o enraizamento no grupo das interpretações de Celso Furtado (1920-2004) sobre o capitalismo latino-americano. Economista do quadro fixo da CEPAL entre 1949 e 1958, Furtado escreve em suas memórias (Furtado, 2004) que deve a sua passagem pelo centro chileno a compreensão de que as clássicas teorias econômicas do desenvolvimento capitalista não passavam, na realidade, de uma grande abstração e universalização das experiências históricas do capitalismo de países centrais, como Europa e Estados Unidos, e guardavam pouco ou nenhum fator explicativo para pensar a realidade da periferia. A própria noção de *centro* e *periferia* do capitalismo é apontada por Furtado como a grande contribuição da CEPAL para o estudo do capitalismo, notadamente a partir da obra do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986), que foi um dos primeiros presidentes do órgão. O texto fundamental de Prebisch *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*, de 1949, seria o marco na formulação desta interpretação hierárquica do capitalismo e pautaria a agenda de pesquisa econômica da insurgente CEPAL, de tal modo que este texto viria mesmo a ser considerado como um “manifesto latino-americano” (Hirshman, 1958 *apud* Bieslchowsky, 2020).

Furtado (2004) também rememora que este mesmo ano de 1949 foi igualmente importante para a fixação de um outro termo no debate econômico latino-americano: o de “subdesenvolvimento”. Em janeiro daquele ano, o termo “subdesenvolvimento” aparece no longo discurso da cerimônia inaugural do segundo mandato do presidente norte-americano Harry Truman (1884-1972), em que o estadista enfatiza a agenda de ação política internacional de seu próximo governo em quatro pontos principais, sendo o último – o ponto quatro – focado em desenvolver um “novo programa para tornar disponíveis os benefícios dos avanços científicos e do progresso industrial [norte-americanos] para a melhoria e crescimento das *áreas subdesenvolvidas*” do planeta (Truman, 1949, tradução nossa). O *Point Four Program*, como ficou conhecido, criaria, assim, um mapa de divisão entre todas as nações independentes do planeta Terra em duas grandes áreas – a desenvolvida e a subdesenvolvida – marcadas em função do seu estágio de industrialização. A América Latina subdesenvolvida, assim, tornar-se-ia um dos pontos focais principais de missões, investimentos e trabalhos de cooperação internacional financiados pelos EUA de Truman.

Ainda no ano de 1949, Furtado (2004) cita também a importância da contribuição do artigo do economista teuto-britânico Hans Singer (1910-2006) *Economic progress in underdeveloped countries* (Singer, 1949), que procurou se aprofundar nas fundamentações econômicas e nas

relações de trocas comerciais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Singer, que atuou como economista do departamento econômico e social da ONU entre 1947 e 1969, levou adiante a teoria de centro e periferia de Prebisch para tratar da desvalorização cíclica de preços de produtos primários – ou seja, agrários de países subdesenvolvidos – em relação aos produtos industrializados no mercado internacional. Furtado comenta que ainda que este trabalho tenha sido bastante polêmico, foi pioneiro por propor uma relação entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, que eram, até então, fenômenos polarizados e dissociados.

Esta relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento será uma das grandes questões que Furtado perseguirá. Um de seus textos mais importantes sobre este tema, *Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento*, terá oportunidade de ser produzido, no entanto, somente após a sua saída da CEPAL, em 1958. Em seu retorno ao Brasil naquele ano, Furtado presta o concurso de cátedra da Faculdade de Direito da UFRJ onde apresenta uma monografia crítica a formulação “etapista” de evolução do subdesenvolvimento para desenvolvimento. Neste texto, posteriormente publicado como capítulo do livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961, Furtado criticará o caráter antitético entre as duas noções ao propor uma análise das economias internas dos ditos países subdesenvolvidos para reconhecer que tais economias são, na realidade “dualistas” por incorporarem setores de economia capitalista moderna, porém preservando “estruturas arcaicas” de produção, notadamente representadas pela economia agroexportadora de gêneses coloniais. Neste sentido, a condição de subdesenvolvimento é uma estrutura “híbrida” entre “moderno” e “atrasado” e não uma etapa da evolução na direção do desenvolvimento.

De volta aos estudos urbanos do CEBRAP, é bastante evidente esta interpretação de Furtado na forma como os cebrapianos dimensionarão a escala dos problemas urbanos. Recuperando o caso da metrópole de São Paulo, por exemplo, o CEBRAP defenderá que nenhuma iniciativa de planejamento urbano será suficiente se não for levada em consideração a escala da região e, mesmo, do território nacional, pois os fatores que levaram ao surgimento da metrópole se explicam justamente neste desequilíbrio em relação ao interior subdesenvolvido rural (Cardoso *et alli*, 1971). Nesta chave, apontam como problemáticos os investimentos públicos e privados somente nas áreas urbanas, em detrimento de melhorias das condições de vida no interior do país. Não por acaso, o CEBRAP se dedicará a tantos planos diretores metropolitanos nos primeiros anos de atividade, bem como, como foi dito, nomeará o programa de estudos do centro dedicado aos temas urbanos de “estudos rurais e urbanos”, indicando a defesa de que há uma relação indissociável entre estas duas realidades.

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O URBANO: ENTRE CELSO FURTADO E FLORESTAN FERNANDES

O termo “dependência”, por sua vez, aparecerá muito pouco empregado nos estudos urbanos do CEBRAP. Esta constatação, porém, não deve implicar que esta teoria não seja mobilizada para o estudo das cidades, ainda mais por ser Fernando Henrique Cardoso um dos pensadores mais influentes sobre esta teoria na América Latina nos anos 1960. Será logo após a sua passagem pelo ILPES/CEPAL, entre 1964 e 1967, que Cardoso deixará uma de suas maiores contribuições sobre este debate que teve contato no centro, ao publicar junto com o sociólogo chileno Enzo Faletto (1935-2003) e colega de CEPAL, o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina: um ensaio de interpretação sociológica*, em 1967. Neste trabalho, Cardoso e Faletto fazem um amplo estudo das políticas desenvolvimentistas das nações latino-americanas na primeira metade do século XX para analisar como a superação da condição de subdesenvolvimento foi incorporada como política de Estado. Os autores observam que dificilmente a saída da condição de subdesenvolvimento se dará pelo investimento do Estado na industrialização – ou seja, no investimento do setor desenvolvido da economia –, pois constata-se haver na industrialização latino-americana uma relação de interdependência com as economias centrais do capitalismo, uma vez que a maior parte do capital industrial é estrangeiro. Esta condição sempre irá repor, por sua vez, as economias latino-americanas, mesmo que industrializadas, em uma posição de desvantagem no mercado internacional, em termos de intercâmbio comercial, de salários, de tecnologia ou de produtividade. As nações latino-americanas possuem, assim, uma relação de *dependência* econômica estruturalmente assimétrica com as nações do centro, que nada mais seria do que uma certa continuidade da dependência colonial.

Ao passar em revisão a formação desta teoria na década de 1960, Cardoso (1980) aponta para Furtado como um dos maiores contribuintes para a construção desta interpretação. O economista brasileiro, enquanto atuava no Chile, dedicou-se ao tema da dependência já no seu segundo livro sobre economia, *Uma economia dependente*, de 1956. Neste trabalho, Furtado se aprofunda nas propriedades econômicas da condição de subdesenvolvimento brasileiro para encontrar suas razões estruturantes na própria gênese econômica colonial, onde o desequilíbrio entre o setor de mercado interno e o setor de mercado externo é fundante. Para Furtado, as economias dependentes são aquelas que nasceram de experiências históricas coloniais e que ainda preservam vínculos de dependência econômica, como fornecedor primário, por exemplo, para com países industrializados do centro do capitalismo. Esta perspectiva coloca novas questões para a superação do subdesenvolvimento, pois demonstra que os vínculos de dependência econômica são historicamente construídos e, com isso, não podem ser superados sem dificuldade. A independência das antigas colônias ibéricas sem o necessário rompimento destes vínculos demonstra isso.

Esta interpretação de Furtado, cabe ressaltar, é muito próxima a anteriormente feita pelo historiador brasileiro Caio Prado Jr. (1907-1990) em 1942, no clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*. Interessado em compreender a história da formação econômica brasileira, Prado Jr. também encontra na colonização o “sentido” determinante para a inserção do país

no sistema de produção capitalista mundial. Ainda que Prado Jr. não utilize o termo “dependência” neste trabalho, o autor antecipa as formulações de Cardoso e Furtado dado o estilo de interpretação histórico-estrutural (Barbosa, 2024) lançado a compreender a especificidade da formação da sociedade de classes brasileira, que, dentro de uma perspectiva comunista, era o caminho para se pensar a revolução.

É nesta mesma linha de interpretação da sociedade de classes no contexto de dependência econômica que surge também a contribuição do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995) para este debate. Fernandes, que havia sido orientador de doutorado de Cardoso e Singer na USP, publicará no mesmo ano de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, em 1967, um importante trabalho de reflexão sociológica sobre a estruturação de classes sociais capitalistas no Brasil, intitulado *Estudo sociológico do subdesenvolvimento econômico* (Fernandes, 1975). Segundo o sociólogo, a independência colonial não foi suficiente para romper os vínculos econômicos dependentes externos, mas o deslocou para um “capitalismo dependente” e uma “sociedade subdesenvolvida” que, por sua vez, estrutura um “regime de classes” próprio, ou seja, com dinâmicas diferentes das classes das estruturas sociais clássicas dos países industrializados centrais. A maior diferença deste regime seria o papel da burguesia que, no capitalismo dependente, não tem a autonomia política para revolucionar o sistema social, pois esta é, justamente, dependente dos interesses externos – seja por ser produtora de produtos primários, seja por não deter o capital industrial de alta tecnologia, que é estrangeiro. Na base desta pirâmide está, por sua vez, um “campesinato” que é invariavelmente dependente e, como novidade, uma “classe urbana dependente” que, no lugar do proletariado, não gozará de espaço de ação para desempenhar um papel potencialmente revolucionário.

Nos estudos urbanos do CEBRAP, a dimensão urbana da estrutura de classes no capitalismo dependente será um dos principais focos de análise. Na série de pesquisas que desenvolvem por encomenda da Igreja Católica sobre a metrópole paulistana (Camargo *et alli*, 1976; Singer e Brant, 1980; Brant, 1989), por exemplo, os autores se apoiarão nesta leitura da estrutura de classes de Florestan Fernandes para analisar o papel da “participação” na vida econômica, cultural e política da metrópole da classe trabalhadora dependente que surgia em massa nas periferias. No primeiro livro de 1976, *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, os cebrapianos concordam com Fernandes sobre a inviabilidade desta classe trabalhadora ser o agente revolucionário da realidade urbana dada baixa capacidade de participação desta na vida urbana devido a espoliação econômica e a repressão autoritária que são alvos, porém não deixam de defender que não há nenhuma outra classe que poderá ocupar este papel senão ela – não a burguesia. Ao longo dos livros seguintes, *São Paulo: o povo em movimento* e *São Paulo: trabalhar e viver*, de 1980 e 1989, o CEBRAP dará cada vez mais destaque as diversas organizações comunitárias das periferias – associação de moradores de bairro, sindicatos, movimento negro, movimento feminista, comunidades religiosas, etc. – como sendo a nova força cultural e política capaz de, naquele contexto, lutar pela redemocratização e pelo direito

a cidade. A democracia, apostaram os cebrapianos, abriria os caminhos para a superação da dependência.

A TEORIA DA MARGINALIDADE E O URBANO: DUAS VERTENTES

A teoria de “marginalidade”, por fim, talvez seja a mais complexa a ser definida a partir dos estudos urbanos do CEBRAP, dada a recorrência com que ela aparece ora sendo mobilizada, ora sendo criticada. São frequentes, por exemplo, expressões como “fator de marginalização” ou “grupos marginalizados” para se referirem aos extratos mais baixos das classes trabalhadoras urbanas. Esta aparente contradição se explica devido a polivalência desta teoria no debate urbano latino-americano na década de 1960, conforme explica Lúcio Kowarick em sua tese de doutorado em sociologia na USP *Marginalidade urbana e desenvolvimento: aspectos teóricos do fenômeno na América Latina*, de 1973, orientado pelo sociólogo Leôncio Martins Rodrigues (1934-2021). Para o autor, há duas vertentes distintas que deram origem ao termo: uma “funcionalista” e uma “histórico-estrutural”.

A funcionalista, conforme descreve Kowarick, é tributária das teorias ecológicas urbanas da Escola de Chicago, cuja questão central era compreender as condições de integração funcional das novas levas de migrantes que chegavam às metrópoles industriais cotidianamente. Neste aspecto, a sociologia da marginalidade pode ser resumida em uma análise estrutural “dualista”, como explica, que irá conceber a organização da social e espacial do urbano por meio da contraposição de status culturais como “tradicional/moderno” e “marginal/integrado”. Neste sentido, a marginalidade e, logo, a pobreza seriam decorrentes da não capacidade das novas massas migradas em se integrar social, cultural e economicamente nas cidades. Esta concepção de marginalidade se deve também, lembra Kowarick, ao trabalho de grande repercussão do antropólogo americano Oscar Lewis (1914-1970), que cunhou o termo “cultura da pobreza” para nomear a cultura urbana periférica das metrópoles latino-americanas que, justamente, preservariam aspectos da vida rural ou não capitalistas. Nesta chave, a marginalidade é, portanto, compreendida como um fenômeno autônomo, descolado de finalidade na estrutura social urbana, moderna e capitalista.

A vertente histórico-estrutural, por sua vez, é explicada por Kowarick como um desdobramento da teoria da dependência de Cardoso e Faletto, em que a marginalidade é lida nos termos das contradições e da dominação de classe no capitalista dependente. Ao contrário da primeira vertente, a marginalidade é recolocada nesta perspectiva marxista como um elemento, sim, funcional do sistema econômico e que desempenha um papel no sistema de acumulação capitalista dependente correspondente ao “exército industrial de reserva”. Conforme Kowarick reconstitui a partir da formulação original de Marx, este exército é formado por uma massa de trabalhadores livres que é atraída pelos centros industriais em

busca de emprego sem conseguir, no entanto, ser inteiramente absorvida. Como o processo de industrialização dependente, como denomina o autor, foi um processo abrupto, parcial e monopolista (ou seja, financiado por capital estrangeiro), o imenso contingente humano desempregado, pauperizado e, logo, socialmente marginalizado resultante não será inútil, mas, para o capitalista industrial, se tornará um importante recurso de manobra para o rebaixamento de salários, dada a grande demanda permanente por emprego e a consequente facilidade na substituição da força de trabalho.

Conforme explica Petra (2009), estas duas concepções distintas de marginalidade tiveram origem no mesmo lugar. Entre 1966 e 1973, um grande projeto de pesquisa em parceria entre o DESAL e o ILPES/CEPAL chilenos contaria com o financiamento da Fundação Ford americana para investigar as condições de pobreza das populações urbanas e rurais no continente. Chamado oficialmente *Marginal Populations on Latin America*, esta pesquisa ficaria conhecida como “Proyecto Marginalidade” e contou com a coordenação do jesuíta e filósofo belga Roger Vekemans (1921-2007), do politólogo argentino José Nun (1934-2021), ambos da DESAL, e de Fernando Henrique Cardoso, então no ILPES. Este modelo interinstitucional de pesquisa e a participação de tantos intelectuais de origens diferentes foi, como aponta a autora, causa de diversos dissensos ao longo do projeto e a consequente pluralização dos sentidos da teoria da marginalidade. O desmantelamento do projeto em poucos anos culminou, por fim, com ruptura de amizades e com escândalos de denúncias de espionagem americana nos centros latino-americanos.

A parte deste projeto, cabe destacar também a contribuição para o debate sobre marginalidade do sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018), conforme apontam Kowarick (1973) e Singer (1973), que contribuiu para os estudos da vertente histórico-estrutural ao propor reflexões sobre os conceitos de “polo marginal” e da “mão de obra marginalizada”. A contribuição de Quijano para o tema se inicia com o artigo *Notas para o conceito de marginalidade social*, de 1966, ano de chegada na CEPAL, onde permaneceria como pesquisador associado até 1971. Kowarick e Singer, contudo, serão bastante críticos ao trabalho de Quijano, pois, ainda que o sociólogo enquadre as populações marginalizadas como uma nova classe na estrutura de produção capitalista dependente, o conceito de “polo marginal” e “polo integrado” por ele propostos caminhariam para reeditar um esquema funcionalista de compreensão da sociedade urbana¹³.

Apesar destas críticas, os primeiros estudos urbanos do CEBRAP não escaparão, no entanto, desta dualidade de interpretações sobre marginalidade. Em 1971, Lúcio Kowarick, Fernando Henrique Cardoso e Cândido Procópio Ferreira de Camargo (1922-1987)¹⁴ desenvolvem o texto *Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação* como capítulo de apresentação da pesquisa *Recursos Humanos da Grande São Paulo*, em que descrevem um esquema bastante funcionalista de anéis concêntricos da cidade de São Paulo à maneira do mosaico clássico de Ernest Burgess (1886-1966) elaborado para Chicago (Burgess, 1925). Neste, a integração social, econômica, política e cultural do habitante da metrópole paulista é

maior na direção do centro do centro¹⁵ e, com isso, quanto mais distante nas periferias, maior será o “fator de marginalização”, ou seja, de não integração na sociedade. Nesta perspectiva funcional, não pode deixar de ser notado também neste trabalho a recorrência do uso do termo “cultura da pobreza” de Lewis para se referirem, justamente, ao estilo de vida marginal e autônomo em surgimento na periferia da metrópole paulista.

Após o trabalho crítico de 1973 de Kowarick, contudo, esta leitura funcionalista da marginalidade passa a ser frontalmente criticada pelo CEBRAP em seus estudos urbanos, como, por exemplo, fazem em *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, de 1976. Na introdução deste trabalho, os cebrapianos reservam espaço para criticar o caráter “transitório” de integração atribuído ao fenômeno da marginalização neste formato funcionalista, como proposto por Quijano: no extremo desta lógica, o “polo marginal” tende a desaparecer a medida em que as populações marginais se integram na moderna economia urbana e abrem mão das culturas tradicionais oriundas do campo. Para os cebrapianos, esta lógica não condiz com a realidade empírica por dois motivos. Primeiro, observando os movimentos migratórios, em São Paulo na década de 1970 se observam famílias de migrantes já assentadas há gerações nas periferias, porém ainda não inteiramente integradas e em condição de extrema pobreza. Em segundo, os autores discordam que os problemas de integração sejam explicados por resíduos de uma cultura tradicional que persiste no ambiente urbano, como propôs Lewis, pois, pelo contrário, os meios de comunicação de massa têm desempenhado um papel importante para a integração cultural urbana, ainda que alienante. Neste trabalho de 1976, a ideia de “fator de marginalização” persistirá com um outro sentido, estando associado ao surgimento de um mercado de trabalho informal, mal remunerado e de baixa escolarização.

À GUIA DE ALGUNS APONTAMENTOS

Ainda bem que houve o CEBRAP, uma espécie de Maria Antônia mais internacionalizada.

Fernando Henrique Cardoso, *Memórias da Maria Antônia*, 1988¹⁶

Michel de Certeau (2011) bem explica que, para a escrita da história, os documentos textuais devem ser estudados em um processo constante de “desconstrução” e “reconstrução” a fim de se identificar, no conteúdo que se lê, o que é original e o que são “saberes dos outro”. É na tentativa de encontrar estes “saberes do outro” que propusemos fazer os apontamentos destas três matrizes teóricas presentes nos estudos urbanos do CEBRAP. É interessante notar, no entanto, que ao fazermos isto estas teorias não demonstram ser, assim, tão “do outro”, pois contaram com a participação ativa dos membros do CEBRAP na sua formulação.

É justamente por esta atuação teórica importante que Barbosa (2024) colocará esta formação inicial do CEBRAP como uma “terceira geração” de intérpretes do estilo de interpretação histórico-estrutural no Brasil, ao lado de nomes como Furtado, Fernandes, Prado Jr. e do economista Ignácio Rangel (1914-1994).

No panorama latino-americano, esta participação do CEBRAP se faz ainda mais presente. Seguindo o caminho lançado por Gorelik (2022), é notável o trânsito dos cebrapianos entre centros de pesquisa latino-americanos, com destaque especial para os centros chilenos. Trazendo a comparação interessante de Cardoso (1988) entre o CEBRAP e a USP, constata-se que apesar das adversidades da ditadura militar brasileira e seu desligamento da universidade pública, o centro brasileiro se fez presente e relevante na produção científica internacional. Conforme discutido neste ensaio, as teorias de subdesenvolvimento e dependência ganharam novos redirecionamento a partir do trabalho de Cardoso, bem como a teoria de marginalidade foi desmontada e criticada por Singer e Kowarick. Os estudos urbanos do CEBRAP têm um papel importante, como *urbi et orbi*, no encaminhamento destes debates teóricos.

Nestes trabalhos, a teoria do subdesenvolvimento apontou para incapacidade de se pensar os problemas da urbanização somente como problemas urbanos, mas abriu o horizonte para repensar o lugar da cidade no território regional/nacional e suas interações econômicas, culturais e políticas. A condição híbrida de “moderno” e “tradicional” originalmente proposta por Furtado é capaz de dar outra qualidade para o processo de urbanização, que passará a ser entendido como moderno e tradicional, como rico e desigual, como crescimento e pobreza. A questão se alguma destas partes poderá superar a outra – no caso, se o moderno pode superar o tradicional – será, por sua vez, enfrentada pela teoria da dependência, que se proporá a pensar, como fez Fernandes, sobre a dinâmica particular da luta de classes no capitalismo dependente e sobre quem ocupará o papel de agente histórico revolucionário nesta condição. A teoria da marginalidade da vertente histórico-estrutural de Quijano, como organizou Kowarick e criticou Singer, apontará para as massas trabalhadoras da periferia não como um polo desconexo e não integrado à realidade urbana, mas, pelo contrário, como força política latente, que será capaz de lutar pela democracia e por direitos de cidadania. Este *corpus* teórico demonstra, afinal, que subdesenvolvimento, dependência e marginalidade, apesar de terem origens e intérpretes comuns, não são teorias redundantes, mas se somam e se potencializam como recurso explicativo da cidade latino-americana em suas dimensões políticas, sociais, culturais e econômicas.

A crítica a razão “dualista” destas teorias feita por Oliveira em 1972 foi bastante impactante, porém não suficiente para erradicar esquemas explicativos próprios destas nos estudos urbanos do CEBRAP, bem como o uso de alguns termos. Para Oliveira, o principal problema desta razão era a contaminação etapista rostowiana¹⁷ destas teorias, que insistiam em trabalhar com os opostos “moderno” e “atrasado” para pensar os sentidos do desenvolvimento e superação do subdesenvolvimento. Oliveira defende que estas teorias são

datadas e escondem ainda um resquício populista-desenvolvimentista que já se mostrou frustrado, para, então, recolocar a questão da luta de classes internas dos países no lugar de interpretações histórico-estruturais mais pretenciosas. "*O subdesenvolvimento é uma formação capitalista e não simplesmente histórica*", resume (Oliveira, 1981, p.12). Neste sentido, para pensar as cidades, Oliveira abandona estas interpretações em favor de uma dialética marxista mais pura para entender, assim, a precária urbanização brasileira – e suas dimensões sociais, culturais, políticas e espaciais – como uma forma de "acumulação primitiva" própria do processo de industrialização brasileiro. Todos os recursos explicativos culturalistas, ecológicos, marginalistas e, enfim, todas as interpretações histórico-estruturais que vinham sendo mobilizados sobre as cidades, aí, desaparecem.

Outro ponto interessante de ruptura com o estilo de interpretação histórico-estruturalista proposto por Oliveira é o distanciamento que o autor implica entre Brasil e América Latina ao estudar a expansão do capitalismo em suas "especificidades particulares" (Oliveira, 1981, p.39). Inevitavelmente, esta proposta apontará mais para as diferenças entre as nações latino-americanas, como, por exemplo, as trajetórias internas de política econômica dos países independentes, do que suas correspondências históricas ou culturais. Na historiografia das cidades brasileiras, conforme o CEBRAP vinha desenvolvendo, este distanciamento pode parecer, de certa forma, um tanto conservador, senão retrógrado. No contexto latino-americano, é evidente que o CEBRAP se dedicará a estudar mais as cidades brasileiras por sua proximidade com este objeto e com as fontes de dados. Contudo, observa-se que estes estudos urbanos serão sempre pensados inseridos numa realidade latino-americana, pois, justamente, foram desenvolvidos sobre referenciais teóricos histórico-estruturantes discutidos no âmbito latino-americano. Nesta chave, os estudos urbanos do CEBRAP podem ser lidos como baliza de um interessante movimento duplo: a cidade brasileira é pensada a partir da representação histórico-estrutural latino-americana, ao passo que a ideia de cidade latino-americana é também pensada a partir da contribuição da experiência urbana brasileira. Esta sintonia da cidade brasileira/latino-americana não deve ser lida como corriqueira, mas demonstra ser um movimento significativo no campo historiográfico do pensamento social sobre as cidades no Brasil, que, brotando das "raízes" lançadas por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), nasceu totalmente apartado e subalternizado em relação à experiência de colonização espanhola dos países vizinhos (Holanda, 2015).

Colocada neste contexto, é curioso observar como Oliveira participará muito pouco do programa de pesquisa de estudos urbanos do CEBRAP. O economista não aparecerá, por exemplo, em nenhum dos trabalhos sobre a metrópole paulistana na década de 1970 e 1980. Haveria algum tipo de cisão interna na área de estudos urbanos do CEBRAP em relação a crítica de Oliveira? A investigar. O que não podemos concordar, no entanto, é em resumir a produção dos estudos urbanos do CEBRAP a partir da crítica dualista, pois antes desta, como tentamos aqui apontar, o CEBRAP trabalhou ativamente com interpretações históricos-estruturais para pensar as cidades.

Estas interpretações histórico-estruturais do urbano propostas pelo CEBRAP, por fim, tem uma contribuição importante para a historiografia urbana na medida em que levam adiante a compreensão da cidade como um objeto de estudo complexo, ao se misturam dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e espaciais para explicá-lo. Pensado de uma maneira mais abrangente, estas interpretações procuraram inserir o urbano no tempo da longa duração histórica (Braudel, 1996) de formação da periferia do capitalismo. A perspectiva da periferia, como bem aborda Waisman (2013), não tem por compromisso uma resignação da condição latino-americana, mas, pelo contrário, a repõe como centro do debate e pensa valores próprios para ela. Alguns destes valores, conforme aqui quisemos apontar, são subdesenvolvidos, dependentes, marginais e dualistas que, em suas várias entradas, contribuíram – e certamente ainda podem contribuir – para entendermos como se desenharam as cidades na margem do lado de cá do rio.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Pedro Fiori. “Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970” in **Novos Estudos CEBRAP**, n. 83, pp. 103-127, março de 2009.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. “Subdesenvolvimento e dependência na longa duração: o estilo de interpretação histórico-estrutural no Brasil”. São Paulo: no prelo, 2024.

BAPTISTA, Katia Aparecida. **O CEBRAP como centro de referência para as ciências sociais nos anos setenta**. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara: 2009.

BEIRED, José Luis. “A dimensão latino-americana no projeto do CEBRAP” in PRADO, Maria Lígia. **Utopias latino-americanas: política, sociedade e cultura**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

BIESLCHOWSKY, Ricardo. “Do ‘manifesto latino-americano’ de Raúl Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo da CEPAL” in **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 24, n.1, 2020.

BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo: trabalhar e viver**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. Vol. III**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de *et alli*. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre teorias do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; Camargo, Cândido Procópio Ferreira de; KOWARICK, Lúcio. "Consideraciones sobre el desarrollo de Sao Paulo: cultura y participación" in CASTELLS, Manuel (Org.). **Imperialismo y urbanización em América Latina**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973.

CASTELLS, Manuel. "La urbanización dependiente em América Latina" in CASTELLS, Manuel (Org.). **Imperialismo y urbanización em América Latina**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. São Paulo: Papyrus, 1995.

EVENS, Terry; HANDELMAN, Don. **The Manchester School: practice and ethnographic praxis in anthropology**. Londres: Berghahn Books, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 [1967].

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro. "On urban studies in Brazil: the favela, uneven urbanization and beyond" in **Urban Studies**, vol.59, n.114, março, 2021.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

----- **Obra autobiográfica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

----- **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GORELIK, Adrián. **La ciudad latinoamericana: una figura de la imaginación social del siglo XX**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MICELI, Sérgio. **História das ciências sociais no Brasil – Volume 2**. São Paulo: Editora ANPOCS, 1995.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Editora 34, 2014.

OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcanti de. "Crítica à razão dualista" in **Estudos CEBRAP**, n.2, São Paulo, 1972.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PETRA, Adriana. "El 'Proyecto Marginalidad': los intelectuales latinoamericanos y el imperialismo cultural" in **Políticas de la memoria**, n. 8-9, Buenos Aires, Cedinci, 2009.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Sociologie de Paris**. Paris: La Decouverte, 2014.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREBISCH, Raúl. "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas" in **Revista Brasileira de Economia**, v.3, n.3, São Paulo, 1949, pp. 47-111.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e "um seminário" (1958-1978)**. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2011.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). **Maria Antônia: uma rua na contramão**. São Paulo: FFLCH-USP, 2018.

SÉNÉCAL, Gilles. "Métaphores et modèles en géographie urbaine : le continuum de l'école de Chicago à celle de Los Angeles" in **Annales de géographie**, 2007, n° 657, pp. 513-532.

SINGER, Hans. "Economic progress in underdeveloped countries" in **Social Research**, vol. 16, n.1, mar. de 1949.

SINGER, Paul Israel. **Economia-política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

_____. "Urbanización, dependencia y marginalidad em América Latina" in CASTELLS, Manuel (Org.). **Imperialismo y urbanización em América Latina**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.) **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar Editorial, 2001.

SCHWARZ, Roberto. "Um seminário de Marx" in **Novos Estudos CEBRAP**, n. 50, pp. 99-114, mar. 1988.

-----". "Uma aclimação do marxismo no Brasil: trajetos de uma geração e de um projeto de transformação do país" in **Piauí**, n. 207, pp. 46-57, dez. 2023.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TRUMAN, Harry S. **Inaugural Address**. Discurso proclamado no Capitólio Nacional, Washington (EUA), 20 de jan. 1949. Transcrição disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address> Consultado em: 15 de jul. de 2024.

WAISMAN, Marina. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico e significação política**. São Paulo: Difel, 2002.

VALLADARES, Lícia do Prado; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. "Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: uma visão a partir do UrbanData-Brasil" in OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

¹ Fernandes (1975 [1967]), p. 14.

² Nos seus primeiros anos de atividade, o CEBRAP será financiado principalmente por bolsas privadas, com destaque para a da *Fundação Ford do Brasil* (Ver MICELI, 1995). Além destas, o CEBRAP funcionará também como uma empresa de prestação de serviços de pesquisa e consultoria e será remunerado, portanto, pela encomenda de trabalhos diversos. Com relação às pesquisas sobre os temas de urbanização, especialmente para o caso da cidade de São Paulo, destacam as pesquisas encomendadas pela Igreja Católica, representada pela *Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo* entre os anos de 1975 e 1988.

³ Sorj (2001, p. 44) propõe uma interessante classificação da gama variada de temas dos projetos de pesquisa que ocuparam o CEBRAP entre 1969 e 1981: "Estado, sistema político brasileiro e políticas públicas"; "Modelo econômico"; "Imperialismo e dependência na América Latina"; "Classe operária"; "Imigração e demografia";

"Urbanismo"; "Colonização, estrutura agrária e agroindústria"; "Teoria econômica e política"; "Igreja e movimentos sociais", entre outros (educação, marketing, saúde, etc.).

⁴ Processo transitório em que a maior parte da população do país passa a viver em áreas urbanas. O censo do IBGE de 1970 foi o primeiro censo do século a detectar esta mudança em termos quantitativos absolutos.

⁵ Campo de saberes propriamente interdisciplinar que tem sua origem nos Estados Unidos no final do século XIX, e que se consolida, principalmente, por meio da produção de pesquisadores associados à Universidade de Chicago que compartilharam, em diversas áreas de atuação, o mesmo interesse por interpretar o desenvolvimento das metrópoles norte-americanas (COULON, 1995). No Brasil, conforme apontam FIX e ARANTES (2022), o termo "urban studies" nunca chegou, na realidade, a ser efetivamente traduzido e praticado como "estudos urbanos", tendo sido adotado como "história e teoria da urbanização", "planejamento urbano e regional", "urbanismo", ou então, de forma mais nuclear, como "sociologia urbana", "antropologia urbana", "economia urbana", entre outras denominações. O termo é aqui usado para fazer referência a produção do CEBRAP sobre temas do urbano pois é um termo que aparece com relativa frequência nos trabalhos do grupo.

⁶ Os nomes de algumas destas escolas são bastante consagrados pela historiografia: para a Escola de Chicago, ver COULON (1995); para a Escola de Frankfurt, ver WIGGERSHAUS (2002); para a Escola de Manchester, ver EVENS e HANDELMAN (2006). O nome "Escola de Los Angeles" ainda está em construção, tendo sido apontado para fazer referência a produção da geografia urbana crítica de autores sediados na capital californiana, como David Harvey e Mike Davis (SÉNÉCAL, 2007). O nome "Escola de Paris", por sua vez, tem sido usado como referência a produção de sociólogos urbanos marxistas franceses, como Henry Lefebvre, Manuel Castells, Christian Topalov, entre outros (PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2014).

⁷ Pesquisa no acervo do CEBRAP realizada no primeiro semestre de 2024.

⁸ De acordo com os anais dos relatórios de pesquisa do CEBRAP da década de 1970 disponíveis em seu acervo, o centro chegou a ser dividido em dez "programas de pesquisa" diferentes: "população"; "economia"; "marginalidade e participação social"; "Estado e sociedade civil"; "movimentos coletivos"; "filosofia e metodologia das ciências sociais"; "estudos rurais e urbanos"; "sociologia da religião" e "educação".

⁹ O CEBRAP chegou a ter três periódicos próprios, o *Estudos CEBRAP* (1969-1980), o *Novos Estudos CEBRAP* (1981-) e o *Cadernos CEBRAP* (1971-1978 e 1984-1986), além de uma editora própria, a *Editora Brasileira de Ciências Ltda*. Segundo levantamento de Sorj (2001), entre 1969 e 1981, foram publicados nas revistas *Estudos CEBRAP* e *Cadernos CEBRAP*, 31 artigos sobre os temas ligados ao programa de estudos rurais e urbanos: "imigração e demografia", "urbanismo", "estrutura agrária" e "estruturas sociais da América Latina". Isso representou um total de 42,46% de todo o volume de artigos publicados nas revistas do centro durante o período.

¹⁰ Novamente, pesquisas no acervo do centro podem dar a dimensão desta circulação. Os anais dos relatórios de pesquisa, por exemplo, registram detalhadamente todas as movimentações dos membros do CEBRAP, inclusive estágios, convites de docências, participação em congressos, palestras, etc. Essa movimentação deverá ser mapeada para a presente pesquisa de mestrado.

¹¹ Gorelik não menciona a participação de Chico de Oliveira na CEPAL, entre 1969 e 1971. A participação de outros membros do CEBRAP na CEPAL ou no ILPES deverá ser mapeada para a presente pesquisa de mestrado.

¹² Nome dado ao grupo de leitura da obra de Karl Marx (1818-1883) realizado na cidade de São Paulo entre 1958 e 1964 por iniciativa do filósofo José Arthur Gianotti (1930-2021), então professor da USP e futuro fundador do CEBRAP. O seminário contou com a participação de diversos integrantes do futuro centro, dentre os quais Cardoso e Singer. Ver Rodrigues (2011) e Schwarz (1988; 2023).

¹³ Arantes (2009) se dedicará mais detidamente sobre esta crítica dos cebrapianos a Quijano.

¹⁴ Então presidente do recém-fundado CEBRAP.

¹⁵ Convém observar, porém, que no esquema clássico de Burgess (1925) desenvolvido para Chicago, o vetor de integração é contrário: maior é a integração dos habitantes da metrópole na medida em que se direcionam para os anéis da periferia, ou seja, os subúrbios ajardinados. O centro da metrópole americana, chamado de *Loop*, por sua vez, é o ponto de partida para a integração dos novos migrantes, pois é onde se concentram as oportunidades de trabalho.

¹⁶ Cardoso, 1988 *apud* Santos, 2018.

¹⁷ Em referência a obra *The stages of economic growth*, de 1960, do economista norte-americano Walt Whitman Rostow (1916-2003). Neste trabalho, Rostow propôs existir cinco estágios para o desenvolvimento capitalista que poderiam ser seguidos por qualquer nação no mundo, especialmente aquelas menos industrializadas.